

A RECUPERAÇÃO DOS PRECEITOS ÉTICO-MORAIS DO CONVÍVIO SOCIAL ATRAVÉS DA VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Marcia Silva Cezar¹

RESUMO: Legalismo e a autoridade discricional foram grandes ferramentas para o desenvolvimento do sistema de acúmulo de capital, uma vez que constitui-se em mecanismos de barreira e subterfúgios de acordo com a ocasião e sob o pretexto da moralidade restringida à legalidade. Esses acontecimentos vêm para demonstrar que a competição desmedida e insaciável pela acumulação tem perdido espaço para empreendimentos que visam a valoração de outras instâncias mais subjetivas como a qualidade de vida das pessoas, contrariando o pensamento até então defendido. Diante desses aspectos, abordaremos o capital social e a economia solidária e assim demonstrar como empreendimentos da economia solidária podem ser delineados como mecanismos que resgatam os preceitos éticos e morais fundamentais para o crescimento social e valorização da pessoa e seu trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Capital Social, Economia Solidária, Desenvolvimento.

THE RECOVERY OF THE ETHICAL AND MORAL PRECEPTS OF SOCIAL LIFE THROUGH THE ENHANCEMENT OF HUMAN CAPITAL IN THE SOLIDARITY ECONOMY

ABSTRACT: Legalism and the discretionary authority were great tools for the development of capital accumulation, since it is on barrier mechanisms and subterfuges according to the occasion and under the guise of morality to legality restricted system. These events come to demonstrate that excessive competition and insatiable accumulation has lost the space for projects aimed at more subjective valuation of other bodies such as the quality of life, contrary thought hitherto advocated. Considering these aspects, we discuss the social capital and social economy enterprises and thus demonstrate how the solidarity economy can be outlined as mechanisms that recover the fundamental ethical and moral precepts for social growth and appreciation of the person and his work.

KEYWORDS: Social Capital, Solidarity Economy, Development

1 INTRODUÇÃO

Pode ser visto em nosso dia a dia que a sociedade tem buscado incessantemente por inovações e fórmulas que venham a fazer com que as pessoas possam viver gozando de qualidade de vida e bem-estar dentro da estrutura capitalista que predomina na economia global. Uma prova disso está na disseminação dos projetos de consciência social, ambiental e no desenvolvimento daquele que é chamado de Terceiro Setor.

Recebido: 13/10/2014

Aprovado: 23/06/2015

Esses acontecimentos vêm para demonstrar que a competição desmedida e insaciável pela acumulação tem perdido espaço para empreendimentos que visam a valoração de outras instâncias mais subjetivas como a qualidade de vida das pessoas, contrariando o pensamento até então defendido (PADILHA, 2009) o qual considerava que, a introdução no mercado necessitava essencialmente de um conjunto de saberes, competências e credenciais que o habilitam para a competição pelos empregos disponíveis, ou seja, tratam-se de investimentos individualizantes para buscar espaço na sociedade. Isso contraria a essência do próprio convívio harmonioso social, uma vez que esta condição corrobora para o desenvolvimento de atitudes extremamente egoístas em vista da necessidade de sobrevivência e satisfação dos desejos individuais.

Essa visão faz com que se torne aceitável a ideia de que a sociedade moderna pode sim crescer e conviver com elevadas taxas de desemprego, mantendo imensos setores da população fora dos benefícios do crescimento econômico, visto que essa condição retroalimenta a necessidade competitiva para destronar os bem-sucedidos, criando um fluxo ideológico que força a sociedade a buscar a aceleração da produção na tentativa de redistribuir as posições sociais de maneira cada vez mais rápida.

Essa condição é a responsável por uma das peculiaridades mais interessantes do último século que é a diminuição da vida útil da maioria das empresas. Enquanto no início do século XX podia-se ver empresas centenárias, que passavam por diversas gerações na administração, na atualidade esse tipo de empreendimento tem se tornado cada vez mais raro, visto que essa aceleração do fluxo de troca das posições econômicas faz com que empresas venham surgindo explosivamente e se dissipem do mesmo modo, dando a falsa impressão de que só não é bem-sucedido aqueles que são *fracos*.

Padilha cita Frigoto (2004) ao salientar que existe um processo em curso no qual se pretende convencer os excluídos que eles mesmos são culpados pela sua condição. O autor afirma que existem novas mediações no trabalho e educação chamada de “exclusão includente”, na qual o trabalhador é excluído do mercado formal de trabalho por determinações de qualificação ou outra qualquer, mas o inclui supostamente na informalidade ou em outra posição no mercado, agora de maneira precária.

Essas condições reavivam o discurso de Marx, que afirma em “O Capital” que o capitalismo faz com que o trabalhador precise usar todo o tempo para criar meios de sobrevivência e manutenção de seus dependentes, e atualmente para galgar posições sociais, não restando tempo para que este possa atuar gratuitamente, ou solidariamente, para outras pessoas, criando um gradual ambiente de competição desmedida que faz a sociedade esquecer

que “o trabalho é espaço privilegiado de constituição do sujeito, entendendo este último como resultado de processos de construção simbólica de sentido”. (VERONESE, 2005. p 58)

[...] a supremacia do “sistema mundial produtor de mercadorias” (KURZ, 1999) alterou profundamente as regras do jogo: a produção capitalista tem a peculiaridade de, uma vez acionada, gerar diretivas lógicas que se impõem a partir do próprio terreno econômico, estabelecendo uma racionalidade intrínseca que passa a digladiar-se com os demais princípios da organização social, a subjulgá-los quando necessário. A certa altura, tudo se passa como se realmente nada existisse fora desse movimento, salvo como obstáculo à lógica abstrata e incontornável da rentabilidade. (GAIGER 2008, p12)

É bem sabido que a Economia Solidária encontra dificuldades para atuar dentro desse mercado competitivo, o que não deixa incomum a presença de empreendimentos que em meios aos trabalhos acabam cedendo à funcionalidade que o capital determina, terminando por reproduzir o sistema de produção capitalista camuflado “sob o rótulo *cooperativo* afixado pela empresa”. (GAIGER 2006, p515)

A partir desta análise, busca-se através deste artigo demonstrar como os empreendimentos da economia solidária podem ser delineados como mecanismos que resgatam os preceitos éticos e morais fundamentais para o crescimento social e valorização da pessoa e seu trabalho, não do acúmulo *per se* do capital, apresentando a Economia Solidária como a ferramenta imprescindível para que a sociedade não seja absorvida pelo sistema e demonstrando que esta pode tomar um papel decisivo na sociedade, em virtude da sua capacidade de converter a cooperação em elemento fundamental para a autodeterminação social.

2 CAPITAL SOCIAL

O termo capital social foi extraído originalmente da ciência política e da sociologia. Neste aspecto, essa terminologia é interessante à medida que demonstra sutilmente um princípio fundamental da Economia Solidária, ou seja, o Capital Social possui o gérmen da entrega mútua em função de um terceiro, visto que o patrimônio entregue passa a ser parte da empresa, não mais da pessoa que o entregou, de maneira que cada um tem direitos de acordo com o tamanho da sua parcela de contribuição na formação do patrimônio da instituição.

Essa faísca de solidariedade dentro das instituições capitalistas foi moldada incontestavelmente frente às necessidades de acumulação do capital, visto que nelas ainda

“institui-se o predomínio das relações contratuais, enquanto o sistema capitalista eterniza-se nas consciências para além das condições históricas de sua gênese e reprodução” (GAIGER 2008, p13). Por outro lado, a economia solidária firma-se em um patamar onde o trabalho é inseparável das pessoas que o executam, não se distanciando das relações morais que a vida social necessita.

Garcia (2009) extrai dessa utilização do termo Capital Social o entendimento de que este se refere aos diversos laços relacionais que existem dentro e fora das organizações, visando a facilitação do conhecimento e acesso à informação, utilizando como matriz fundamental elementos subjetivos da condição humana como a confiança e o comprometimento.

Tais redes podem adotar um caráter formal (determinadas pelos laços hierárquicos, próprios do organograma formal), mas, sobretudo, são de natureza informal, envolvendo laços horizontais (entre pares) e diagonais (entre colaboradores de distintas áreas e stakeholders). (GARCIA, 2009)

O Capital Social assume deste modo um posicionamento interessante frente ao sistema econômico vigente, visto que se refere a variáveis intangíveis como convivência, amizades, comprometimento e responsabilidade mútua. O objeto de acúmulo do Capital Social é exatamente aquilo que o Capital Financeiro não pode adquirir, nem tampouco constituir, pois trata-se de condições relacionadas intimamente à constituição social do ser humano que podem melhorar e beneficiar substancialmente as relações em comunidade.

Esse acúmulo de Capital Social é imprescindível também para dissipar a venda que Martins (2002) afirma existir sobre o discurso de exclusão social na sociedade, visto que esse discurso, embora socialmente crítico, não trata de valores anti-capitalistas uma vez que o sistema não se sente obrigado a sanar os problemas sociais que cria, já que isto é dever dos trabalhadores. Já do ponto de vista do *capitalismo social* o sistema deve ser o gerador de bem estar mútuo, favorecendo e incentivando o desenvolvimento de redes de desenvolvimento sustentável e equivalente para todos.

Isso ressalta o comportamento de compromisso mútuo que existe nos empreendimentos autogestionários e participativos, os quais são marcados pela colaboração e cuidado, visto que “o trabalho é o principal ou virtualmente o único recurso propulsor daquelas atividades econômicas, devido essencialmente à fraca e geralmente insuficiente presença de capital e demais fatores produtivos”. (GAIGER 2006, p520)

O Capital Social verdadeiro não incorre sobremaneira na tentativa de mascarar a supremacia do capital que pode ser vista nas estratégias contemporâneas pregadas por adeptos das Teorias da Administração pautados pelo discurso de uma nova Administração Participativa, ou (pseudo-) Colaborativa, que tenta criar a ilusão de que os trabalhadores tem algum tipo de importância na gerência da empresa para que estes se submetam à divisão social de seu trabalho, esquecendo que esta lógica leva a prerrogativas de direitos e deveres distintos e, como declara Gaiger (2006, p524) “em geral de sinais contrários”.

À primeira vista, a possibilidade de afloramento de um sistema que lembra uma regressão ao estado de sociedade celular, no qual os laços familiares e a educação moral do lar eram os primados da constituição ética do ser humano, parece ser um tanto alarmante para todos que estão acostumados à suposta segurança dos acordos contratuais, onde a responsabilidade não ultrapassa aquela descrita em suas cláusulas, nem nas leis promulgadas.

Entretanto, pode-se notar nos estudos de Gaiger que os empreendimentos de pequeno porte, ou até mesmo familiares, demonstram que “os vínculos familiares e de amizade conferem uma marca lúdica ao trabalho, misto de atividade produtiva, convivência familiar e reunião de amigos” (GAIGER 2006, p533). Embora os teóricos de um regime de Administração de Empresas focado em resultados possam acreditar que essa postura coloca em risco o planejamento e a própria vida do empreendimento, as atividades visualizadas com foco no Capital Social têm demonstrado um bom nível de produtividade e uma sustentabilidade compatível com as necessidades dos empreendedores.

Este é o grande diferencial dos empreendimentos focados no desenvolvimento do Capital Social, o fato de que o padrão de referência não diz respeito mais à empresa, esse ser abstrato que escraviza seus fundadores, mas toma como ponto de comparação o nível de atendimento das necessidades das pessoas integrantes do empreendimento, de maneira que essas aspirações pessoais “parecem ser o elemento determinante da forma de organização adotada, da densidade dos seus vínculos solidários e da intensidade com que tais vínculos produzirão os efeitos agregados acima discutidos” (GAIGER 2006, p536).

Entretanto, há de se observar e analisar de maneira profunda que essa característica marcante como um suposto ponto frágil dentro dessa constituição dos empreendimentos focados no Capital Social. Comparativamente ao capitalismo, pode-se notar que a solidariedade pautada pela autogestão e disponibilização mútua e uso comum dos bens de produção ainda parece pouco consistente por ser determinada através de variáveis extremamente voláteis e subjetivas em nossa sociedade contemporânea, como a dependência da boa-fé *per se* e escolhas morais alheias.

As relações de confiança normalmente supõem conhecimento e julgamento positivo quanto à boa-fé e as intenções alheias. Mas não é imprescindível: basta que seja razoável esperar que a maioria, exatamente pelas vantagens que lhe proporciona ter a contrapartida dos demais ao seu gesto, respeite as regras estabelecidas. (GAIGER 2008, p16)

Historicamente pode-se notar que o legalismo e a autoridade discricional foram grandes ferramentas para o desenvolvimento do sistema de acúmulo de capital, uma vez que constitui-se em mecanismos de barreira e subterfúgios de acordo com a ocasião e sob o pretexto da moralidade restringida à legalidade. Segundo Veronese (2005, p. 62) esse estratagema é reforçado pela condição de desigualdade que o sistema de acúmulo do capital determina para sua sobrevivência, visto que a desigualdade material demonstra estar profundamente entrelaçada com a desigualdade não-material, o que pode ser notado nas desigualdades do desenvolvimento cognitivo, social e desigualdades de acesso aos processos que permitam “oportunidades para participar autonomamente em processos de tomada de decisão significativa” (VERONESE, 2005.p62).

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Em geral o conceito de Economia Solidária, como é visto atualmente, considera o conjunto de iniciativas que visam a distribuição de benefícios intangíveis como participação e qualidade de vida através da livre associação e da democracia do trabalho. Euclides MANCE (2000) defende a proposta das “Redes de Colaboração Solidária”, uma estratégia de organização pautada, em especial, no consumo solidário na qual as células (unidades produtivas básicas da rede) se conectam umas às outras em movimentos de produção e consumo, articulando-se em laços de realimentação, buscando o fortalecimento mútuo.

Esse valor coletivo da gestão solidária minimiza ou extingue a segregação das relações assalariadas e incentivam a participação dos integrantes com as questões da comunidade através de um laço de cidadania entre os empreendedores. Neste caso, todo o patrimônio do empreendimento e os bens de produção estão disponíveis para o coletivo, de modo que as práticas corroboram para a eliminação da divisão entre mão-de-obra, administradores e proprietários, pois “capital e trabalho encontram-se vinculados às mesmas

peças – os *trabalhadores associados* – no plano material, pela socialização dos recursos produtivos; no plano político, pelos mecanismos de autogestão” (GAIGER 2006, p524).

Essa perspectiva é um substituto ao legado do capitalismo que expõe os trabalhadores ao informalismo e os coloca em um plano livre da precarização do trabalho, com mecanismos de produção flexíveis, com práticas focadas para o não-utilitarismo e com fortes relações de sociabilidade inerentes aos movimentos que prezam pelo desenvolvimento social.

[...] o associativismo surgiu como uma resposta de operários e camponeses, caracterizando-se desde esses primórdios por formas de gestão autônomas e democráticas. Em tais iniciativas, as relações de poder e a repartição dos ganhos subordinavam-se ao primado das pessoas diante do capital e à finalidade principal de garantir benefícios aos membros. A rentabilidade econômica representava antes um meio do que um fim, orientando-se pelos objetivos sociais das organizações. (GAIGER 2009, p82)

Segundo Gaiger (2009), a Economia Social é pautada fundamentalmente pela indissociabilidade entre desenvolvimento econômico e social, salientado que o primeiro não pode continuar se omitindo em detrimento do segundo, ao contrário, a economia e a política devem ser ferramentas para o desenvolvimento social, prezando pelo crescimento do bem estar e da qualidade de vida geral e não apenas prestar serviços assistencialistas medíocres e paliativos.

O foco no trabalho pelo coletivo que a Economia Solidária sustenta a durabilidade dos interesses e virtude da autodeterminação que o trabalho solidário, ou associado, apresenta dentro de uma nova identidade de trabalho, dependendo da integração dentro dos princípios participativos visando a auto-sustentabilidade do empreendimento focada na geração de benefícios aos membros do empreendimento.

Asseburg (2010, p19) afirma que o fator mais importante nos empreendimentos solidários reside nos benefícios que os associados vislumbram ao “investirem contra a lógica dominante de classificação social”, priorizando o desenvolvimento de uma situação com mais dignidade e inclusão, além do reconhecimento de que o trabalho não é subordinado e expropriado por uma economia dominante.

4 CAPITAL SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Considerando os aspectos apresentados acerca do desenvolvimento da Economia Solidária e do Capital Social, cabe uma observação sobre o resgate de determinados valores éticos e morais que essas duas correntes tem realçado. O empenho no trabalho pelo coletivo, a ajuda mútua e o compartilhamento dos meios de produção são fatores que favorecem uma discussão sobre os aspectos constitutivos das próprias relações sociais dentro deste contexto colaborativo, participativo ou associativo.

Trata-se de ética e moral nesta observação por considerar que ambos contemplam conjuntos de abrangência diferenciada nas inter-relações sociais, sendo o primeiro mais genérico e amplo enquanto a moral é mais íntima, particular.

Segundo os conceitos filosóficos, a ética trata dos fatores concretos que determinam a conduta humana, voltando-se para objetivos pragmáticos e utilitário, ou seja, estuda as variáveis exógenas que influenciam o desenvolvimento moral do ser humano, sendo portanto focada nos mecanismos sociais que determinam os comportamentos.

A moral por outro lado, trata das diversas leis e valores que organizam a vida, observando e avaliando os comportamentos em detrimento de seus fatos geradores, objetos da ética. “A moral estabelece regras que são assumidas pela pessoa, como uma forma de garantir o seu bem-viver. A moral independe das fronteiras geográficas e garante uma identidade entre pessoas que sequer se conhecem, mas utilizam este mesmo referencia moral comum” (GLOCK, 2003.p1).

O vislumbrar de novos horizontes pautados pela redescoberta das relações de compartilhamento e preservação mútua, proporcionados pela valorização do Capital Social através da Economia Solidária, também determinam aquilo que Veronese (2005, p60) classifica como “o primado do valor de uso e não do valor de troca, numa linguagem marxista. A isso chamamos eficiência sistêmica, que vai além da visão instrumental de geração de lucro, na perspectiva da organização” (VERONESE, 2005. p 60).

Isso torna-se particularmente interessante ao observar ainda o comentário de Veronese quando trata da etimologia da palavra solidária como aspecto determinante para a compreensão dos empreendimentos pautados pela valorização do Capital Social:

A palavra *solidária* deriva do vocábulo latino *sólidu*, significando força, união, adquirindo um sentido moral ao vincular-se à ideia da justiça e da união entre as pessoas para o bem comum (MANCE, 1999.) (VERONESE, 2005. p 60).

Nota-se a partir desta sutil observação que os empreendimentos solidários apresentam como elemento fundamental a redescoberta dos valores morais imprescindíveis para a autodeterminação de relações justas e pautadas pela unidade social. Isso acarreta que os fatores modeladores das condições morais do ser humano sejam revistos, o que leva a crer que o padrão ético da sociedade também tem que seguir uma progressiva revisão para subsidiar as mudanças morais necessárias para a efetivação dessa sustentabilidade solidária.

Neste aspecto, a face colaborativa que o trabalho nos empreendimentos solidários apresenta é fator de elevada importância por se opor ao modelo expropriador do sistema econômico capitalista, no qual “mesmo havendo um relativo crescimento econômico, os pobres não conseguem integrar-se no processo de expansão, podendo tornar-se o trabalho veículo de precarização e não de melhoria da qualidade de vida dos que trabalham” (VERONESE, 2005. p 61).

O principal meio de disseminar esse ambiente colaborativo reside exatamente em outra particularidade dos empreendimentos solidários que é a autogestão compartilhada. Veronese (2005) ressalta a importância das práticas dialógicas existentes nas assembleias, reuniões, seminários e outros ambientes de socialização existentes nos empreendimentos como ferramentas para a revisão dos conceitos morais que podem culminar em uma nova determinação de padrões éticos mais coerentes e focados para o desenvolvimento mútuo e socialmente sustentável, principalmente quando se trata das relações de trabalho.

Essas atitudes refletem em mecanismos que colocam a democracia, a justiça e o bem comum como componentes fundamentais para o desenvolvimento do bem-estar social livre do assistencialismo precário criado pelos agentes capitalistas numa tentativa de manter sua hegemonia em detrimento da dignidade alheia.

[...] não havendo possibilidade de inserção adequada no mercado formal de trabalho, cria-se o mercado informal pobre, marcado pelo subemprego, definido como posto de trabalho precário e insatisfatório em vários sentidos: por que não oferece remuneração suficiente, porque não garante proteção previdenciária, porque provoca desgaste físico excessivo, porque explora menores e idosos e assim por diante. (DEMO, 1994, p 83)

Essa nova visão das relações de trabalho também minimiza a negligência, a desidiosidade e os absenteísmos que são tão frequentes nas relações pautadas pela divisão do trabalho, e que são estupidamente mascaradas sob os projetos que buscam melhorar a

motivação e o comprometimento dos trabalhadores com palestras circenses feitas por algum administrador ou personalidade de grande fama.

A valorização do Capital Social de maneira real é o principal motivador para que os trabalhadores possam alcançar o verdadeiro patamar de comprometimento onde “a presença de escolhas éticas indica que os trabalhadores associados, ao superarem a divisão entre o capital e o trabalho, ingressam não apenas em uma nova etapa de sua vida econômica, mas em uma nova totalidade, marcada por vínculos indissolúveis entre valores, relações econômicas e relações sociais” (GAIGER 2006, p526).

As principais barreiras para a disseminação deste patamar ético e moralmente mais adequado residem exatamente no conflito explícito que essa postura detona frente aos desejos capitalistas que ainda são inerentes à maior parte da sociedade. Trabalhando de maneira à parte das estruturas de mercado segregadoras, os empreendimentos solidários enfrentam conflitos que são movidos pela incompatibilidade existente entre o sistema de produção solidário e o capitalista, não considerando ainda nesta observação as variáveis das relações de mercado, mas apenas as discrepâncias de valores éticos entre o acúmulo de capital e a produção colaborativa.

Obviamente não há como avaliar os empreendimentos solidários, voltados para uma conduta ética pautada pelo crescimento mútuo, tomando como referência os empreendimentos capitalistas pautados pelas relações de ética legalista e contratual, uma vez que a conduta de acúmulo capitalista sempre age em detrimento do desenvolvimento do capital social, à vista das atuais circunstâncias sociais que pode-se observar em nossa sociedade.

A experiência da autogestão e da cooperação no trabalho dá curso à reflexividade crítica dos indivíduos, ensejando um processo de subjetivação auto-referenciada, no qual ganham sentido e corpo outras identidades e outros horizontes éticos. Uma operação vital no contexto atual de urgência de novas experimentações, dotadas de uma razão projetiva que as impulsiona a seguir insistindo em humanizar a civilização. (GAIGER 2006, p539)

Essa modificação das condutas éticas e morais que os empreendimentos solidários tem apresentado convergem para aquilo que Gaiger (2004) chama de nova racionalidade, uma posturas em que “princípios e os fins da organização econômica alteram-se ao mesmo tempo das relações que os indivíduos contraem entre si, no que tange aos meios de produção, ao processo de trabalho e a seus resultados [...]” (GAIGER, 2004. P22-23). A partir dessas mudanças surgem novos valores de partilha que estimulam as iniciativas favoráveis à

comunidade que inserem os trabalhadores na condição de atores sociais, capazes de modificar não apenas a sua condição individual, mas trabalhar coletivamente partindo de seus esforços particulares.

Com essa nova condição fundada, ganha mais importância a incorporação de novos saberes profissionais e a sua socialização que, conforme Asseburg (2010) declara, impede que as estruturas reprodutoras do capital, concentração de poder e discriminação se cristalizem e se proliferem em detrimento do desenvolvimento do bem estar social e qualidade de vida dos trabalhadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização do Capital Social e o desenvolvimento dos empreendimentos focados nos princípios da Economia Solidária são sinais de uma nova racionalidade que aflora frente ao capitalismo que segrega e explora o trabalho em detrimento do desenvolvimento humano na sociedade. As condições precarizantes e a estrutura de castas que o capitalismo desenvolve já se tornaram insuficientes para suprir as necessidades sociais que este considera insustentável.

Asseburg (2010) ressalta que, em nossa história nacional, pode-se notar que mesmo em grandes períodos de evolução dos chamados indicadores de desenvolvimento social a desigualdade de distribuição de renda, acesso aos serviços e demais necessidades fundamentais garantidas constitucionalmente não se modificaram, ou seja, a proporção da desigualdade se reproduziu independente do crescimento da economia. Isso demonstra que o atual sistema pautado pelo acúmulo subversivo não é capaz de contemplar o verdadeiro crescimento da sociedade, o qual preza pelo desenvolvimento do capital social mútuo.

Constata-se também que além das modificações das relações de trabalho para outras, que priorizem o compartilhamento dos meios de produção e a autogestão como elementos fundamentais para o empreendimento, os empreendimentos solidários propiciam uma gradual modificação da estrutura moral e ética para um patamar que não escraviza ou submete-se às discricionalidades legais mais favoráveis, mas é pautado pelo comprometimento mútuo e com o desenvolvimento da sociedade por completo.

Proponemos que lo que nos une es, básicamente, otra concepción de la racionalidad social que pone en el centro la reproducción ampliada de la humanidad, y admite diversas formas de organización y trabajo que produzcan ese efecto como resultado

combinado. Lo hacemos porque tenemos la convicción, fundada empírica y teóricamene, de que la absolutización del mercado capitalista lleva a la destrucción y no a la reproducción, lo que no quiere decir que no puedan admitirse formas capitalistas como parte de un sistema global, al menos durante una larga e incierta transición a una sociedad con otro concepto de humanidad. (CORAGGIO, 2010. P1)

Deste modo, como afirmado na citação de Coraggio (2010) a valorização do Capital Social visível nos empreendimentos solidários trata-se de uma nova visão com foco no desenvolvimento sustentável de uma sociedade que não admite a subversão nem a omissão quanto às responsabilidades sociais inerentes ao desenvolvimento econômico, uma vez que os recursos econômicos dever ser vistos como meios de galgar melhoria da qualidade de vida, bem-estar social, e não o contrário. O capitalismo conhecido submete os meios de produção e os trabalhadores para a manutenção da hegemonia financeira, que privilegia e secciona a sociedade de maneira agressiva em detrimento de milhares de vidas que ficam rotuladas como mal-sucedidas, despreparadas para o mercado e trabalhadores pouco qualificados, quando na verdade o próprio sistema não dispõe de mecanismos que possam ser capazes de promover sua verdadeira inclusão, legando somente a informalidade e a precarização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEBURG, Hans Benno. **A economia solidária e a redução das desigualdades**. Disponível em <http://www.ecosol.org>

BIRCHAL, Sérgio de Oliveira; MUNI, Reynaldo Maia. **A Lógica do Capitalismo e o Trabalho Humano**. Acesso em abril de 2009. Disponível em www.ceae.ibmecmg.br/wp/wp7.pdf

CORAGGIO, José Luis. **Problematizando la economía solidaria y la globalización alternativa**. Disponível em <http://www.ecosol.org>

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: autores associados, 1995.

Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. versão 21.0a – 2007. Editora objetiva Ltda.

GARCIA, Ignácio. **Do capital social ao humano**. Aceso em 3/02/10, disponível em <http://br.hmsglobal.com/notas/54583-do-capital-social-ao-humano> .

GAIGER, Luiz Inácio. **A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários**. Brasília: Sociedade e Estado, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n2/a09v21n2.pdf> . Acesso em 05/02/10.

_____. **A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalistas**. CAYAPA, Revista Venezolana de Economia Social. Ano 4. 2004. p 9-36

_____. **A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil**. Revista crítica de Ciências Sociais. 2007. p57-77

_____. **Antecedentes e expressões atuais da economia solidária**. Revista Crítica de ciências Sociais. 2009. P 81-89.

_____. **Economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes**. Revista Katál. V11. Florianópolis, 2008. P 11 – 19

_____. **Uma questão de competências, de concorrência... ou de projetos?** Disponível em <http://www.ecosol.org.br/txt/txt/revuenouvelle.pdf> . Acesso em 05/02/10.

GLOCK, Rosana Soibermann; José Roberto Goldim. **Ética profissional é compromisso social**. Disponível em <http://www.ufrgs.br/bioetica/eticprof.htm> . Acesso em 5/02/10

KANITZ, Stephen. **O Capital Social**. Revista Veja. Edição 1951, ano 39, nº14. Editora Abril; 2006, página 22. Disponível em http://www.kanitz.com.br/veja/capital_social.asp.

MANCE, Euclides. **A revolução das redes. A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis, Vozes, 2000. P. 28-31

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, SP: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – o processo de produção do capital**. Volume II, 5 ed. Rio de Janeiro: Editora civilização Brasileira S/A

PADILHA, Regina Célia Habib Wipieski Padilha. **Trabalho na universidade: docência no contexto das relações capitalistas**. Acesso em junho de 2009. Disponível em www.pesquisa.uncnet.br/.../TRABALHO_UNIVERSIDADE_DOCENCIA_CONTEXTO_RELAES_CAPITALISTAS.pdf

VERONESE, Marília Veríssimo; Guareschi, Pedrinho. **Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27045.pdf> .

NOTAS

¹ Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, bolsista Capes. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos (2010), com Especialização em Educação e Ambiente pela Faculdade de Sinop - Fasip, MT (2005). Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Paraná (antiga Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - Fecilcam, PR), 2002. Professora universitária no Departamento de Ciências Econômicas na Universidade do Estado de Mato Grosso (2003-2009). Endereço profissional: Unisinos - Universidade do vale do Rio dos Sinos. Av. Unisinos, 950 Escola de Humanidades Ppg Ciências Sociais. São Leopoldo – RS. CEP: 93. 022.000. E-mail: marcia_vezar@hotmail.com